

Leniel Borel mira Brasília em 2026 com pauta de proteção à infância

Vereador destaca 80 projetos e 4,6 mil medidas protetivas por meio da Lei Henry Borel

Por Paula Vieira

Com uma agenda parlamentar voltada exclusivamente à proteção da infância e adolescência no Rio de Janeiro, o vereador Leniel Borel (PP) vem consolidando sua carreira política. Em entrevista ao Correio da Manhã, o parlamentar fez um balanço de seu primeiro mandato, detalhou a implementação de novas leis municipais e confirmou que pretende levar suas bandeiras ao Congresso Nacional nas eleições de 2026.

Ronda de Proteção à Infância e prevenção

Recentemente, o Executivo sancionou a lei que cria a Ronda de Proteção à Infância (RPI), projeto de Borel inspirado na estrutura da Ronda Maria da Penha. A medida visa especializar a Guarda Municipal para atuar na prevenção e no acompanhamento de casos de violência contra menores. Segundo o vereador, a interlocução com a Prefeitura prevê que as primeiras turmas iniciem a capacitação técnica ainda no primeiro semestre deste ano.

“A RPI é um marco que retira a criança da invisibilidade institucional. O objetivo é reconhecer sinais sutis do abuso, que muitas vezes passam despercebidos, e acionar imediatamente o Conselho Tutelar. É sobre não esperar a tragédia para agir”, afirma Borel. A urgência é ratificada pelo Atlas da Violência 2025, que aponta um salto nas agressões contra crianças no Brasil: de 35 mil casos em 2013 para mais



Tomaz Silva/Agencia Brasil

No Rio de Janeiro, Leniel Borel, pai de Henry, consolidou-se com pautas de defesa da criança

de 115 mil em 2023. No Rio, a média de registros de violência sexual contra menores chegou a mil por mês em determinados períodos de 2024.

ECA na grade curricular das escolas

Outro pilar do mandato é a inclusão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na grade curricular das escolas municipais. Borel afirma que já apresentou o modelo de execução ao secretário de Educação, Renan Ferreirinha. “Ensinar o ECA na escola é ensi-

nar sobre sua própria proteção. Permite que a criança entenda que seu corpo é intocável e saiba pedir ajuda”, pontua. O parlamentar também defende a capacitação de profissionais de saúde para identificar sinais físicos de agressão que muitas vezes são camuflados por responsáveis.

Sobre a Lei Henry Borel, o vereador destaca que, em três anos, foram solicitadas 4.600 medidas protetivas. “São 4,6 mil crianças que salvamos. Sem a lei, poderiam ter sido agredidas ou perdido a vida. Transformar o luto em luta

é a missão que a vida me impôs”, desabafa o parlamentar, que utiliza sua experiência pessoal para cobrar celeridade do Judiciário e do Executivo. “São cinco anos lutando por justiça pelo meu filho, mais tempo do que tive com ele em vida”, ressalta.

Câmara dos Deputados

Com mais de 80 projetos apresentados na Câmara do Rio, Leniel Borel avalia que a atuação como vereador é positiva, mas enfrenta limitações, especialmente no que tange ao orçamento e

à legislação penal. Para o parlamentar, a transição para Brasília em 2026 é vista como um movimento necessário para ampliar o alcance das políticas de proteção.

“As pessoas começaram a pedir que a gente dê o próximo passo. Como vereador, fico limitado ao Rio de Janeiro e dependo do prefeito para que as leis saiam do papel. Em 2026, vamos precisar dar passos maiores porque vejo poucos parlamentares, inclusive em Brasília, com um interesse verdadeiro nesta pauta”, explica.

Apesar do período de recesso, a pré-candidatura a deputado federal já conta com o respaldo das lideranças do Progressistas (PP). Segundo Borel, a sigla vê sua atuação como um ativo estratégico. “Nosso líder estadual, Dr. Luizinho, mostra que o partido tem se inclinado e fica muito feliz por eu trabalhar essa pauta. Nosso presidente nacional, Ciro Nogueira, também me aceita como um grande nome do partido em nível nacional. O partido tem me apoiado plenamente neste sentido”, revela.

A principal motivação para a disputa federal reside na possibilidade de reformar o Código Penal e ampliar políticas públicas em escala nacional. Borel critica a falta de foco na assistência às vítimas e a leniência com crimes contra menores.

“Me angustia não poder trabalhar para melhorar leis no campo penal. Agressor de criança não pode sair pela porta da frente. Precisamos mudar esse cenário em Brasília, porque somente lá poderemos atingir esse objetivo”, concluiu.

CPI dos Incêndios prestes a ser retomada

Por Paula Vieira

O deputado estadual Alexandre Knoploch (PL), que presidiu a CPI dos Incêndios da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) em 2022, articula a retomada da comissão. Desta vez, o foco principal é o incêndio que aconteceu no Shopping Tijuca, na Zona Norte do Rio, deixando duas pessoas mortas e três feridas.

O parlamentar informou que já encaminhou ofício ao Corpo de Bombeiros solicitando esclarecimentos sobre a regularidade do certificado de aprovação e do projeto de pânico e evacuação do edifício. Knoploch também oficiou a Polícia Civil, requerendo informações detalhadas sobre o

andamento das investigações e as circunstâncias do incêndio.

Investigação de possíveis falhas de segurança

De acordo com o deputado, a reinstalação da CPI tem o objetivo investigar possíveis falhas nos protocolos de segurança do centro comercial, além da condução da retirada de pessoas durante o incidente. Caso a comissão seja instalada, gestores da empresa Alas, que administra o Shopping Tijuca, poderão ser convidados a prestar esclarecimentos na Alerj.

“Quando fui presidente da CPI dos Incêndios, em 2022, já tínhamos sinais de que muitas edificações comerciais apresentavam problemas

semelhantes. Infelizmente, ainda há quem ignore alertas e medidas de prevenção. O fato é que situações como essa já se repetiram inúmeras vezes no Rio”, declarou Knoploch.

Relembra o caso

O incêndio ocorreu na última sexta-feira (2), com início das chamas em uma loja de artigos de decoração localizada no subsolo. O acidente provocou correria, interdição de vias no entorno e a evacuação de cerca de sete mil pessoas. O trabalho dos bombeiros durou todo o final de semana. Já na segunda-feira (5), após perícia, a Defesa Civil determinou a interdição do subsolo e de outras 17 lojas do centro comercial, que segue sem previsão de reabertura.



Alerj

Alexandre Knoploch (PL) investiga incêndio no Shopping Tijuca